

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS NA POLÍTICA DE
DJALMA MARANHÃO (1960 – 1964)**



JOSENILSON JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA

MF = 8,1
DAM

NATAL/RN
1998

JOSENILSON JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA



**ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS NA POLÍTICA DE
DJALMA MARANHÃO (1960 – 1964)**

Monografia apresentada a disciplina
Pesquisa Histórica II, do Curso de
História da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte, sob a
coordenação da professora Denise
Mattos Monteiro.

e orientação
(profa Flóvia)

NATAL/1999

*“Em 1960 o Rio Grande do Norte oferecia ao observador um quadro político ideal para o surgimento de (...) candidaturas populistas. O início do processo de industrialização, proporcionado pela criação da SUDENE (...) embora incipiente já começava a dar sinais de que o projeto hegemônico das oligarquias rurais, até então incontestavelmente dominante, poderia começar a ser questionado”.*³⁰

Até as eleições de 1960, estende-se no Rio Grande do Norte, um quadro de tranquila dominação oligárquica, quando então entra em crise, e novos elementos são incorporados ao processo político, ou seja, essas eleições foram uma expressão da crise do domínio oligárquico no estado, onde havia uma conjuntura que favorecia o surgimento de uma candidatura populista.³¹

Os novos elementos incorporados na política do Rio Grande do Norte ficaram sob a liderança de Aluizio Alves. Embora, liderança essa, atrelada a setores oligárquicos específicos, propunha um rompimento com as práticas tradicionais de fazer política e de exercer poder. Apesar desse rompimento ter-se dado só na teoria. A respeito disso, assinala Germano,

*“essa liderança assumia naturalmente uma posição ambígua, porquanto, sendo oriunda da oligarquia agrária estava agora ‘contaminada’ pelos interesses modernizadores da burguesia. Dessa maneira, embora fosse favorável ao ‘progresso’ não se tratava pura e simplesmente da tradicional dominação oligárquica no comando do estado, (...)”.*³²

Na disputa pelo poder estadual não tendo obtido apoio na legenda da UDN, esta assegurada para o candidato da situação, Djalma Marinho, com o apoio do então governador Dinarte Mariz, Aluizio Alves não vacilou em pleitear outra legenda, no caso, Partido Social Democrático, partido este grande inimigo ideológico da UDN a nível nacional.

Estas eleições vão se caracterizar pela aglutinação de forças oposicionistas, após dissidências partidárias, colocando frente a frente os maiores grupos políticos dissidentes. O estado foi palco de radicais e acirradas disputas políticas. Aluizistas e dinartistas disputavam o poder político. Dinarte Mariz, por estar à frente do governo estadual naquele momento, usufruía da máquina administrativa em favor de seu candidato. Por outro lado, Aluizio Alves conseguiu obter um número significativo de adesões. Apoio dos sindicatos rurais, do movimento nacionalista, de Djalma Maranhão (liderança de grande expressão na capital) e até apoio de comunistas que estavam na ilegalidade. Além disso, mobilizou até setores oligárquicos a seu favor, pois embora não sendo candidato oficial da UDN, conseguiu apoio de uma expressiva dissidência indireta no Estado.

A adesão de Djalma Maranhão à candidatura de Aluizio Alves se deu pelo fato deste ter rompido com Dinarte Mariz, pois em 1956, Djalma Maranhão é nomeado prefeito de Natal pelo então governador. Esse rompimento se deu por divergências políticas entre ambos. A

³⁰ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Em Busca do Voto Perdido, p. 27

³¹ Idem, ibidem

³² GERMANO, José Willington. op. cit., p. 48-9



Aos meus pais, José Cândido
e Maria Teixeira, e Marcos
Antonio (amigo).

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Supremo, único e poderoso, que com sua graça me fez galgar mais este caminho não muito fácil para o meu aprimoramento profissional.

A meus pais e irmãos, que direta ou indiretamente me ajudaram a chegar à reta final.

A todos os professores que integram o Curso de História da UFRN, em especial às professoras Denise Mattos Monteiro e Flávia de Sá Pedreira, pela valiosa contribuição neste trabalho.

A todos os colegas do curso que de alguma forma, tornaram-se parte deste trabalho, sobretudo: Ana Verônica, Milena Salviano e Elisangela.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
I – PANORAMA POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DOS ANOS 60	07
1. Brasil	07
1.1. Panorama político de Getúlio Vargas a Jânio Quadros	07
2. Nordeste	10
3. Rio Grande do Norte	12
3.1. Eleições	12
3.2. Djalma Maranhão	15
3.2.1. Trajetória Política	15
3.2.2. O Candidato	17
3.2.3. A Campanha	17
II - A ADMINISTRAÇÃO POPULAR DE DJALMA MARANHÃO	19
<i>- Aspectos sócio-culturais - ?</i>	
1. Um Histórico	19
2. Panorama das Principais Realizações	20
2.1. I Seminário de Estudo dos Problemas de Educação e Cultura do Município de Natal	20
2.2. Praças de Cultura	21
2.3. Folclore	21
2.4. Teatrinho do Povo	22
2.5. Museu de arte Popular Câmara Cascudo	22
2.6. I Congresso de Cultura Popular de Natal	22
2.7. A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler	22
III – O GOLPE DE ESTADO DE 1964 E O TÉRMINO DA ADMINISTRAÇÃO DJALMA MARANHÃO	24
1. O Governo João Goulart e o Golpe Militar de 1964 no Brasil	24
2. O Golpe de Estado de 1964 no Rio Grande do Norte: a repressão à administração do prefeito Djalma Maranhão	27
CONCLUSÃO	31
BIBLIOGRAFIA	32

INTRODUÇÃO

Qual?

O período em estudo é bastante conflituoso, sobretudo, nos aspectos político-econômicos. O Brasil passava por uma seria crise política, agravada principalmente, pelo conflito ideológico “esquerda” versus “direita”, com radicalismo de ambas as partes. A política denominada pela historiografia de “populista” estava em crise. Política esta que, segundo os observadores remontam aos anos 30, no entanto, sua consolidação de fato, dá-se após 1945, sobretudo com a volta de Getúlio Vargas à Presidência da República. São várias as definições atribuídas ao Populismo, até porque, vale frisar que essa política não se deu da mesma forma no Brasil. Nessa direção assinala Weffort:

*“O populismo foi um fenômeno político que assumiu diversas facetas e estas foram frequentemente contraditórias. Desse modo, é as vezes difícil para quem tinha vivido, de um modo ou de outro, os problemas dessa etapa histórica, fazer uma referência de conjunto ao movimento populista que englobe sua diversidade”.*¹

Nesse sentido acrescenta Bobbio, *“as definições do populismo se ressentem da ambiguidade conceptual que o próprio termo envolve”.*²

Entretanto, a partir da bibliografia consultada, podemos considerar algumas características comuns nas diversas expressões do populismo: surgia historicamente em momentos de crise de hegemonia política e de emergência das camadas populares; a uma forte ligação à industrialização e urbanização; caráter nacionalista e, em suas lideranças figuras carismáticas. Com relação ao surgimento do populismo, não só no Brasil, mas em outras partes do mundo, vai se dar, como já mencionados acima, em decorrência da crise de hegemonia política. A respeito da primeira característica assinala Ianni, *“o populismo surge na América Latina no momento em que o Estado Oligárquico entra em crise”.*³ Para Laclau, *“o populismo começa quando os elementos populares e democráticos se apresentam como opção antagônica frente a ideologia do bloco dominante”.*⁴

Assim, no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960 criou-se condições históricas para o surgimento do populismo no Nordeste, uma vez que houve uma crise da hegemonia política oligárquica, assim como evidenciou-se também a emergência política de movimentos populares de orientação nacionalista. No Rio Grande do Norte, o populismo ficou sob a liderança de Aluizio Alves, que ganhou as eleições de 1960 ao governo do estado.

Nesse período, vai estar muito em voga a política voltada para o nacionalismo, onde no estado vai estar representada pela figura do prefeito Djalma Maranhão, que a exemplo de Aluizio Alves vence as eleições daquele mesmo ano ao executivo municipal. Inclusive,

¹ WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira, p. 61 -2

² BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política, p. 981

³ IANNI, Otávio. A formação do estado populista na América Latina, p. 54

⁴ LACLAU, Ernesto. Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo, p.179

Brasil, mais sobretudo no Nordeste, vão surgir diversos movimentos e campanhas de educação e cultura popular. Segundo alguns observadores, isso se deu em virtude do descontentamento da população pelas condições da região e pela presença de líderes nacionalistas, que viam nas massas, através desse movimento, uma forma destas se conscientizarem politicamente.

Por isso, nosso objetivo de estudo e análise é essa política de cunho popular desenvolvido pelo prefeito Djalma Maranhão, quando na sua segunda administração na cidade do Natal, tendo como objetivo fazer uma análise e averiguação desta política, ou seja, a quem realmente ela atendia.

O período de estudo está compreendido entre os anos de 1960 e 1964, tal periodização se faz pelo fato desta marcar a administração do prefeito Djalma Maranhão, desde sua candidatura até o seu término.

As fontes pesquisadas foram basicamente, as secundárias, além de algumas fontes primárias (jornais referentes a época). Infelizmente, não tivemos acesso às atas e aos documentos dessa administração. A luta para tê-los em minhas mãos foi grande, porém não foi possível.

O presente trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro, um panorama do Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte no início dos anos 60, tendo como destaque a política desenvolvida pelos seus governantes neste período e a figura de Djalma Maranhão; no segundo, administração do prefeito Djalma Maranhão; no terceiro, os fatos que determinaram o término dessa administração, destaque para o golpe de Estado de 1964.

E os aspectos são - culturais?

I. PANORAMA POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DOS ANOS 60

1. Brasil

1.1. Panorama político de Getúlio Vargas a Jânio Quadros

*“A década dos anos 60 tem início em meio a um crescente aguçamento dos conflitos e de desequilíbrio no sistema do poder. A bem dizer, não se trata de um processo novo na história política brasileira, pontilhada de crises, golpes e levantes militares. Deste ponto de vista, o acirramento dos conflitos e radicalização que se observou especialmente a partir da ascensão de Goulart à Presidência da República nada mais faz do que continuar um processo desencadeado com o suicídio de Vargas, em 1954 ou talvez antes”.*⁵

Portanto, para tornar mais fácil a compreensão desta década, é preciso voltarmos um pouco no tempo, começando com Getúlio Vargas, quando em 1951 volta à Presidência da República, desta vez legitimado pelo voto popular.

Esse seu governo foi marcado pela campanhas que visavam imprimir diretrizes nacionalistas à organização econômica. Para Alencar, *“foi a política de industrialização sob a bandeira nacionalista”*.⁶

As atitudes de Getúlio eram muito ambíguas, realizava uma política de aproximação com as massas populares, mas não pretendia desagradar os grupos dominantes, principalmente os empresários industriais e os altos escalões militares. A esse respeito Alencar assinala:

*“O nacionalismo Varguista tinha, assim, duas facetas. Era por um lado, uma estratégia de política econômica que não rompia inteiramente a dependência com relação ao capital internacional e imperialista. Por outro lado, tratava-se de uma ideologia elaborada e imposta pelos grupos que controlavam o Estado e que procurava associar os interesses burgueses com os interesses de todo o povo brasileiro, como se fossem em todos os aspectos, uma coisa só”.*⁷

Dentro da política nacionalista de Getúlio Vargas, um fato de bastante destaque foi a campanha pela nacionalização da pesquisa, exploração e refino do petróleo, culminando em 1953, com a criação da Petrobrás.

⁵ RODRIGUES, Leôncio Martins In FAUSTO, Boris, p. 541

⁶ ALENCAR, Francisco. História da Sociedade Brasileira, p. 281

⁷ Idem, ibidem

Porém, a política nacional-desenvolvimentista pretendida por Vargas encontra forte resistência nos setores burgueses comprometidos com os interesses do capitalismo internacional, que acabaram predominando no país.

O processo de desenvolvimento econômico iniciado com Dutra e interrompido pelo nacionalismo de Vargas é retomado com Juscelino Kubitschek, e vai resultar numa acumulação capitalista concentrada nas mãos de alguns poucos empresários nacionais e estrangeiros. Segundo Barros:

*“a ideologia desenvolvimentista e nacionalista vinculada pelo governo Kubitschek disfarçava, com relativo sucesso, esse processo de implantação de uma dinâmica monopolista submetida a centro externos”.*⁸

O governo de Kubitschek foi marcado por intenso e acelerado crescimento econômico, “cinquenta anos de progresso em cinco de governo”, esse era seu lema. Sua política econômica, delineada no Plano de Metas, privilegiou particularmente o setor industrial. Apesar de que foi marcado também por um ambicioso programa de obras públicas, entre os quais, a construção de Brasília; nesse Plano de Metas, foi criado a SUDENE, assim seria implantado no Nordeste um padrão de política a nível nacional.⁹

Tem início a década de 60, e com ela, as eleições presidenciais. Dá-se a candidatura de Jânio Quadros. Este juntamente com Getúlio Vargas foi um dos maiores líderes carismáticos do Brasil. Para Skidmore:

*“Jânio apresentava-se como um candidato dinâmico de grande presença, que estimulava o público levando-o a confiar nele. Oferecia, assim, ao cidadão comum do eleitorado urbano a presença de uma transformação radical através da força redentora de uma única personalidade líder”.*¹⁰

Jânio Quadros, aderiu feições populistas que lhe foram peculiares, marcadas pelo seu fantástico talento histriônico.¹¹ Para ter uma idéia de Jânio Quadros, basta observar sua campanha eleitoral. Nesse sentido, esclarece Benevides:

“Os palanques transformavam-se em verdadeiros palcos de tragicomédias, onde Jânio tomava injeções em público, simulava desmaios e comia sanduíche de mortadela levados no bolso. E era carregado nos ombros do povo! (...).Fazia violentos ou pitorescos discursos, num português precioso de sílabas escondidas, e apoiado num visual que se tornaria típico (roupas surradas e em

⁸ BARROS, Edgard Luiz de. O Brasil de 1945 a 1964, p.45

⁹ COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento, p. 154

¹⁰ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco 1930 – 1964, p. 232

¹¹ BARROS, Edgar Luiz de. op. cit. p. 53

desalinho, cabelos compridos e barba por fazer, ombros brilhantes de caspa, ... um visionário)”.¹²

Jânio Quadros ganhou as eleições presidenciais de 1960 com uma das mais expressivas vitórias já conquistadas e pela maior pluralidade de partidos da história da República. Essa foi a chance da União Democrática Nacional chegar ao poder, depois de várias derrotas. A esse respeito, esclarece Basbaum:

“O apoio a Jânio Quadros se deveu ao fato deste possuir grande carisma junto ao povo brasileiro, uma profunda simpatia popular que gozava, graças ao seu feitio inconvençional, seu aspecto – um símbolo carismático, tal como se pertencesse ao povo ao qual se dirigia, pela sua vitoriosa carreira. (...). Na verdade, a UDN acreditava que Jânio Quadros, uma vez no poder, seria uma espécie de fácil instrumento em suas mãos. E esse foi seu maior erro. Ele podia até ser aventureiro, mas tinha idéias próprias! (...)”.¹³

O fato é que a UDN estava enganada desde a campanha, pois achava que as promessas ditas pelo seu candidato eram apenas frases de efeito eleitoral, pura demagogia, ou seja, aquela velha demagogia dos falsos líderes e da própria UDN. Porém, uma vez no poder, Jânio Quadros se propõe a cumprir tudo que havia prometido. A vitória de Jânio Quadros, para Malan:

“representou uma ruptura com o sistema de alianças que reconduziu Vargas ao poder em 1950 e que lá não conseguiu sustentá-lo. Desvinculado de compromissos partidários, eleito em boa parte por seu moralismo carismático, Quadros não possuía alianças sólidas e ver-se-ia logo – tampouco um programa de governo para um país que havia mudado, e muito, em menos de uma década”.¹⁴

Jânio passou a governar o país marcado por grave crise financeira: intensa inflação e déficit na balança de pagamentos, acompanhado de consequente acúmulo da dívida externa. Para enfrentar esses problemas, criou uma política antinflacionária, restringindo os créditos, congelando os salários e incentivando as exportações. Para Skidmore, *“esse programa antinflacionário era ortodoxo e inflexível”*.¹⁵ Segundo Dreifus:

“O governo de Jânio Quadros expressa bem a nova relação das forças sociais e grupos econômicos de poder em ascensão, ao passo que suas diretrizes políticas

¹² Apud BARROS, Edgar Luiz de., op. cit., p. 53

¹³ BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República de 1961 a 1967, p. 15

¹⁴ MALAN, Pedro Sampaio In: FAUSTO, Boris, p. 94

¹⁵ SKIDMORE, Thomas., op. cit. p. 242

*compatibilizaram-se com as recomendações de grupos de interesses empresariais”.*¹⁶

Tendo se afastado do controle da UDN, o presidente Jânio Quadros começou a sofrer fortes críticas. O líder do partido Carlos Lacerda, tentou colocá-lo em descrédito diante da classe média e dos militares, usando contra Jânio a sua política externa independente, que desagradava aqueles que os tinham apoiado.

Na manhã do dia 25/08/61 surpreende a todos com sua renúncia, alegando que “forças terríveis” levantaram-se contra sua pessoa.

Na verdade, essa renúncia, para muitos observadores, é vista como uma jogada teatral, pois seu desejo era manter-se na presidência, só que com mais poder.¹⁷ A esse respeito assinala Lopez:

*“Foi uma jogada teatral, porém sem sucesso, pois além da aceitação da renúncia pelos ministros militares, o presidente não teve apoio popular, até porque o povo foi pego de surpresa e também porque sua imagem já estava bastante desgastada junto à massa”.*¹⁸

A renúncia de Jânio Quadros provocou uma crise governamental, pois a maioria dos líderes militares do país tentou impedir de todas as formas que o vice-presidente e seu sucessor legal, João Goulart, assumisse o poder. No entanto, Jango, assim como era chamado, consegue tomar posse, porém, com seus poderes limitados, uma vez que vai estar sob o regime parlamentarista, conseguindo depois de algum tempo seus poderes totais.

Uma série de acontecimentos vai se deflagrando, convulsionando com o golpe militar suprimindo o regime democrático e implantando no Brasil uma ditadura.

O governo João Goulart, assim como o golpe militar de 1964 que o derrubou, será abordado em capítulo posterior.

2. Nordeste

A situação do Nordeste nas décadas 50/60 não é nada satisfatória, aliás, os problemas nesta região remontam ao Império. A região enfrentava a seca, que castigava sem cessar; além do que, economicamente, houve um grande crescimento industrial do Centro-Sul do país, aumentando os desequilíbrios regionais.

O Nordeste, com sua estrutura econômica pouco integrada, participa do processo de desenvolvimento brasileiro fornecendo força de trabalho e capital para o incremento de acumulação nos pontos dinâmicos da economia nacional (Centro-Sul), ao mesmo tempo que

¹⁶ DREIFUSS, Renê Armand. 1964 A conquista do Estado, p. 127

¹⁷ ALENCAR, Francisco. op. cit. p. 298

¹⁸ LOPES, Luiz Roberto. História do Brasil Contemporâneo, p. 112

não se beneficia diretamente da dinamização regional do Sul.¹⁹ Além disso, a política cambial do Governo Federal, usava a acumulação de divisas das exportações nordestinas para financiar a implantação de equipamentos necessários à industrialização do Centro-Sul.²⁰ Sendo assim esclarece Andrade:

*“a integração nacional foi feita com um grande sacrifício das regiões mais pobres, que deram a sua participação na economia nacional como fornecedoras de (...) capitais, de vez que recursos oriundos de diversas de suas exportações foram empregados na implantação de indústria na área mais rica”.*²¹

Essa operação, entretanto, não se resumiu apenas ao deslocamento de capitais do Nordeste para o Centro-Sul, implicou também na demolição das bases da economia nordestina. A esse respeito, assinala Oliveira:

*“a penetração de mercadorias produzidas no Centro-Sul, e posteriormente a própria penetração econômica de grupos econômicos do Centro-Sul, que precede a própria SUDENE, destrói as bases da economia ‘regional’, tanto agrícola quanto industrial”.*²²

Essa situação vai provocar um descontentamento, intensificando-se os conflitos na região, pois, enquanto a região Centro-Sul se beneficiava com as políticas econômicas governamentais que lhes eram favoráveis, e que contribuíam cada vez mais para o seu crescimento, outras regiões eram obrigadas a comprar no Centro-Sul as suas mercadorias. Isso resultou na destruição da economia regional. Daí o surgimento das reivindicações das forças populares no Nordeste, tanto rurais quanto urbanas.²³ Em Pernambuco surge a 1ª Liga Camponesa,²⁴ a esse respeito assinala Germano:

*“Com a criação da 1ª Liga Camponesa no Engenho Galiléia (...), o Nordeste viveu um processo intenso de luta de classes provocado pela organização dos trabalhadores urbanos, e principalmente, pela organização e politização dos trabalhadores rurais. As mobilizações de lavradores na luta pelo reconhecimento dos sindicatos e na criação das ligas camponesas que provocou forte reação por parte dos latifundiários e que se traduziu em assassinatos, conflitos, chacinas e perseguições. Os trabalhadores urbanos começam a participar das mobilizações políticas”.*²⁵

¹⁹ COHN, Amélia. op. cit., p. 16

²⁰ MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro, p. 36

²¹ ANDRADE, Manoel Correia. O Nordeste e Questão Regional, p. 51

²² OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para um Re(li)gião, p. 111

²³ GERMANO, José Willington. Lendo e Aprendendo. A Campanha de Pé no Chão, p. 17

²⁴ A respeito das Ligas Camponesas ver JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

²⁵ GERMANO, José Willington. op. cit., p. 29

A respeito do descontentamento popular que se instalou no Nordeste, assinala Góes:

*“Vem do final dos anos 50, o crescente descontentamento popular. (...). Em 1956, a oposição ganha o governo do Rio Grande do Norte; em 1958, o da Bahia e o de Pernambuco. Nesse ano, Miguel Arraes chega à prefeitura do Recife e Djalma Maranhão já é prefeito de Natal desde 1956. Em 1960 a oposição volta a vencer para o governo do Rio Grande do Norte; Djalma Maranhão se elege o 1º prefeito de Natal pelo voto direto; em 1962, Miguel Arraes se elege para o governo de Pernambuco. As forças populares e democráticas abriam um espaço maior no Nordeste”.*²⁶

É nesse contexto, que os movimentos de educação e cultura popular encontraram respaldo para o seu desenvolvimento:

*“ (...) é no Nordeste que vão surgir os chamados movimentos de educação de base (...); é no Nordeste que a instituição como a Igreja começa a tomar posição aberta pela reforma agrária (...); é no Nordeste que vai emergir o chamado processo de educação orientado por Paulo Freire, cuja raiz residia na conscientização (...); é no Nordeste que o movimento de cultura popular do governo Miguel Arraes, desde a prefeitura do Recife, não apenas põe em prática o método Paulo Freire, mas começa a valorizar os elementos da cultura popular para, a partir deles, desmistificar os processos de dominação e exploração; é no Nordeste, mas precisamente sob o governo municipal de Djalma Maranhão, que se produz o magnífico movimento educacional, cuja sigla era De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, que não se reduz a uma questão de economia, mas propunha uma educação para o poder”.*²⁷

Essa situação conflituosa e o surgimento desses movimentos no Nordeste preocupava os dirigentes norte-americanos, pois para estes, tinham, de uma forma ou de outra, uma orientação nacionalista. Então temiam que aqui houvesse uma revolução, a exemplo do que aconteceu em Cuba. Daí a criação da “Aliança para o Progresso”,²⁸ assim como a atuação da USAID.²⁹ Ambas tinham o mesmo objetivo: direcionar e financiar o desenvolvimento.

3. Rio Grande do Norte

3.1. Eleições

²⁶ GÓES, Moacyr de. De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, p. 23

²⁷ OLIVEIRA, Francisco de. op. cit., p. 112

²⁸ O termo “Aliança para o Progresso” foi criado em 1961 durante a conferência de Punta Del Este; programa de ajuda norte-americana aos países latino-americanos

²⁹ USAID (United State Agency for International Development) juntamente com o programa Aliança para o Progresso implantava a “política da boa vizinhança”

respeito desse apoio de Djalma Maranhão a Aluizio Alves, assinala Galvão: *“Djalma Maranhão foi o maior cabo eleitoral que Aluizio poderia ter na capital. Quem garantiu sua vitória aqui em Natal, foi sem sombra de dúvida, Djalma Maranhão”*.³³

Neste ano, através de uma lei sancionada pela Assembléia Legislativa, Natal ganha autonomia política e administrativa e, com isso, o direito de eleger em toda sua história, um prefeito através do voto da população.³⁴ Aluizio por sua vez, apoia à candidatura de Djalma Maranhão ao cargo. Diante de tal quadro, assinala Germano:

“As forças políticas locais envolvidas na disputa eleitoral apresentavam posições distintas. Dinarte Mariz, através de seu candidato(...), representava os interesses da oligarquia, sendo portanto o mais conservador; Aluizio Alves, mesmo ligado à oligarquia, expressou naquele momento os interesses da industrialização e do progresso, daí a proposta de modernização; Djalma Maranhão situava-se como nacionalista de esquerda, favorável à reforma agrária, a nacionalização dos setores produtivos fundamentais contra o imperialismo etc”.³⁵

O ano de 1960 foi de eleições não apenas para os poderes estadual e municipal, mas sim, também para o federal. No estado as alianças aproximaram o PSD e dissidências da UDN, quando da oportunidade organizou-se a campanha Lott-Jango, Aluizio-Walfredo, Maranhão-Gonzaga.³⁶ Apesar de Aluizio Alves demonstrar apoio às candidaturas de Jânio Quadros e Milton Campos para presidente e vice da República, ambos da UDN. Djalma Maranhão, apoiava para estes cargos, o Marechal Lott e João Goulart.

O resultado das eleições em Natal deram vitória maciça, com ampla maioria de votos a Aluizio Alves e Djalma Maranhão. Aliás, na capital do estado, todos os candidatos aos cargos executivos mais votados, de presidente a vice-prefeito, tiveram o apoio de Djalma Maranhão, fazendo valer assim a força popular que o então prefeito possuía.

Aluizio Alves, uma vez no poder, aos poucos foi rompendo o pacto que fizera com os grupos nacionalistas que o tinham apoiado. No início de sua administração até que tentou manter esse apoio, entretanto, devido à implantação de um projeto de modernização³⁷, o qual era subsidiado com recursos norte-americanos através do programa “Aliança para o Progresso”, o governador Aluizio Alves acabou se distanciando desses grupos nacionalistas, uma vez que estes, sobretudo Djalma Maranhão, discordavam de sua política. Além do que, o governador também promoveu, segundo Germano:

“uma combinação de práticas modernizantes, com práticas clientelísticas conservadoras e repressivas na divisão do aparelho do Estado. Assim ele reelaborou as práticas políticas da oligarquia de onde havia se originado”.³⁸

³³ Mailde Pinto Galvão em entrevista a Alonso Henrique quando da realização de sua dissertação de mestrado

³⁴ GERMANO, José Wellington. op. cit., p. 69

³⁵ Id., ibid., p. 70

³⁶ Góes, Moacyr de. op. cit., p. 20

³⁷ O termo modernização foi entendido como meio de fixação das bases necessárias ao ordenamento da economia e da sociedade às novas exigências dos grupos capitalista que estavam investido no Brasil

³⁸ GERMANO, José Wellington. op. cit., p. 62

Enquanto o governador Aluizio Alves enveredava pelo caminho da “modernização do Estado”, da “máquina administrativa”, do endividamento e da subordinação aos interesses dos grupos capitalistas nacionais e internacionais ligados ao setor industrial, o prefeito Djalma Maranhão, no município de Natal, tentava por em prática uma administração popular, comprometida com os interesses dos mais discriminados socialmente. Seu programa de governo incluía fundamentalmente apoiar as mobilizações populares, adotando os comitês e convenções nacionalistas, como referências para sua administração.

3.2. Djalma Maranhão

3.2.1. Trajetória política

O fim do Estado Novo vai possibilitar o ressurgimento de uma terceira força política no Rio Grande do Norte³⁹, até então tendo como forças dominantes as legendas do PSD e da UDN. Esta terceira força política que surgia era representada pelo Partido Social Progressista (PSP), onde estavam agrupadas as forças progressistas do Rio Grande do Norte, sob a bandeira de luta contra o Estado Novo e o Fascismo, tendo João Café Filho na liderança. Havia um grupo dentro desse partido que se colocava à “esquerda” do cafeísmo⁴⁰, o qual não mantinha nenhum vínculo orgânico com as forças políticas já mencionadas, PSD e UDN.⁴¹ Esse grupo estava sob a liderança de Djalma Maranhão, o qual nos meados dos anos 50 começa a ganhar expressão e se consolidar como força política independente das oligarquias. Djalma Maranhão chega com uma postura de luta contra o imperialismo e contra o latifúndio, defendendo o poder nacionalista, democrata e popular.

Djalma Maranhão era um antigo militante do Partido Comunista, e que tinha participado da rebelião de 1935, quando na ocasião era cabo do Exército. Devido à repressão deflagrada a esta rebelião, Djalma Maranhão é preso; em 1946 rompe com os quadros do Partido Comunista, ou melhor, é expulso⁴², sem que seja dado direito de defesa, pois segundo Germano, “sua expulsão se deu em virtude de uma acusação de desonestidade que fizera dos ‘donos do partido’ no Estado”.⁴³

Após este episódio, Djalma Maranhão escreveu uma carta ao povo norte-rio-grandense que dizia:

“(...) andei pelos presídios políticos e pelos campos de concentração, martirizado pelos esbirros de Filinto Muller e de Getúlio Vargas. Nada me entibiava. Cada vez alicerçava mais alto o meu ideal. Hoje, como há 16 anos atrás, continuo o mesmo. Depois de uma completa e serena autocrítica continuo a crer na vitória do socialismo, convicto de que

³⁹ Id., Ibid., p. 67

⁴⁰ Ver o fenômeno cafeísmo em FURTADO, João Maria. Vertentes. Rio de Janeiro: Olímpio, 1976

⁴¹ GERMANO, José Willington. op. cit. p. 67

⁴² GOÊS, Moacyr dc. op. cit. p. 19

⁴³ GERMANO, José Willington. op. cit. p. 67/8



somente a dialética marxista-leninista libertará as massas da opressão e da fome através da socialização dos meios de produção e da entrega da terra aos camponeses. Atualmente não pertencem mais às fileiras do Partido Comunista do Brasil (...)"⁴⁴

No tocante às expulsões, estas vão ser uma constante, uma vez que, segundo Germano, "*a inquietude e 'desobediência' que caracterizou o comportamento de Djalma Maranhão vai estar sempre à tona*".⁴⁵ Sendo assim, logo após sua expulsão do PCB, aloja-se no PSP, onde seria igualmente expulso por divergências partidárias; inscrito no Partido Trabalhista Nacional (onde foi eleito prefeito de Natal em 1960), seria também expulso após o pleito eleitoral daquele ano, desta vez por desobedecer à orientação nacional do seu partido que apoiava nas eleições presidenciais a candidatura de Jânio Quadros, enquanto a representação local, na pessoa de Djalma Maranhão apoiava as candidaturas do Marechal Henrique Teixeira Lott e João Goulart para presidente e vice, respectivamente. Por fim, filia-se ao Partido Socialista Brasileiro onde permaneceu em seus quadros até o golpe militar de 1964.

Em 1956, Djalma Maranhão é nomeado prefeito de Natal. Nomeação essa em função de seu apoio à candidatura de Dinarte Mariz, que fora eleito governador do Estado no ano anterior. Esse apoio dado a Dinarte Mariz, que era udenista e oposicionista se fez, como afirma Germano, por dois motivos:

*"primeiro, a nível nacional, a UDN apoiava Café Filho, na época presidente da República e pertencente aos quadros do PSP, até então partido a que estava filiado Djalma Maranhão, e em segundo, a nível local, a candidatura de Dinarte Mariz fazia oposição ao governo de Sílvio Pedroza. Este pertencia ao PSD, que fazia oposição no âmbito federal, através das candidaturas de Juscelino e Jango".*⁴⁶

Porém, essa convivência não poderia ir muito longe, pois havia muitas diferenças entre Djalma Maranhão e Dinarte Mariz. De um lado, Mariz representava a oligarquia algodoeira-pecuária, constituindo-se no anticomunista que, inclusive, combatera os revolucionários de 1935 no interior do estado. Do outro, Djalma que se identificava com a causa popular, de outra vertente política e que teria participado desse movimento revolucionário. A respeito dessa nomeação, assinala Góes, "*no dia da posse de Djalma Maranhão, a primeira página do jornal do PSD vem com a manchete estampada: Um comunista fora nomeado para a Prefeitura do Natal*".⁴⁷ Assim sendo, esclarece Germano, "*a oligarquia não poderia tolerar a presença de um elemento 'estranho' à frente da prefeitura*".⁴⁸ Então, em 1959 deu-se o rompimento, onde Djalma Maranhão renunciando à chefia do executivo, volta à suplência de deputado federal; em 1960 tornasse Prefeito de Natal pelo voto popular.

⁴⁴ Carta aberta ao povo e ao proletariado – A República 24/04/46, p. 10

⁴⁵ GERMANO, José Wellington. op. cit., p. 68

⁴⁶ Idem, ibidem

⁴⁷ Góes, Moacyr de. op. cit. p. 19

⁴⁸ GERMANO, José Wellington. op. cit., p. 69

3.2.2. O candidato

Em 1960, o município de Natal ganha autonomia política e administrativa, com direito a eleger seu primeiro prefeito através do voto da população.⁴⁹

Agora sob a legenda do PTN, Djalma Maranhão lança-se candidato ao executivo municipal de Natal. Noutro patamar estavam os grupos dominantes do PSD e UDN, estes se degladiavam em torno da escolha de seus candidatos que iriam concorrer nestas eleições.

A candidatura de Djalma Maranhão apresentava-se, segundo a **Folha da Tarde**, *“como sendo uma candidatura eminentemente popular, sem ligações esquivas com grupos políticos ou econômicos, sua força repousava na força do povo”*.⁵⁰

Ainda no tocante a candidatura de Djalma Maranhão, seus opositores tentaram de todas as formas impugná-la, alegando que o referido candidato havia sido prefeito no período anterior. Porém, o que importava era aquele momento, e na ocasião, quem estava à frente da prefeitura era o senhor José Pinto Freire, que teria assumido quando Djalma Maranhão rompeu com Dinarte Mariz, ou seja, quando renunciou ao cargo. Portanto, neste episódio, seus opositores não tiveram êxito. Aliás, diga-se de passagem, não foram felizes nestas eleições, pois para piorar a situação, Aluizio Alves e Djalma Maranhão vão unir suas forças, formando a Cruzada da Esperança, obtendo a mais expressiva vitória já vista em Natal.

3.2.3. A campanha

Diferentemente da campanha de Aluizio Alves, que contou com o apoio de uma empresa publicitária fazendo uma campanha sofisticada, Djalma Maranhão, um homem de classe média sem nenhuma ligação com qualquer grupo econômico forte, de “mãos limpas”, partiu para a sua campanha com o carisma que transmitia ao povo. Então, sua campanha vai contar com a força do povo.⁵¹

Portanto, sua campanha vai fugir muito dos métodos empregados em campanhas políticas tradicionais, principalmente no que se refere aos ataques pessoais. De acordo com o jornal **Tribuna do Norte**:

“Djalma Maranhão, no tocante à sua atuação caracterizou-se sob dois aspectos: primeiro, um caráter nitidamente ideológico nacionalista, onde desencadeava uma luta aberta contra o imperialismo, e segundo, a participação direta e espontânea do povo em seus seguimentos mais pobres”.⁵²

⁴⁹ GÓES, Moacyr de. op. cit., p. 19-20

⁵⁰ Folha da Tarde, 19/01/60, p. 1

⁵¹ GERMANO, José Willington. Op. cit., p. 71

⁵² Tribuna do Norte, 02/07/63, p. 4

A respeito do caráter nacionalista de Djalma Maranhão, destaca a **Folha da Tarde**:

*“as idéias da doutrina nacionalista pregavam, antes de mais nada, a emancipação econômica do país, a valorização do trabalho, o respeito à dignidade da pessoa humana e as liberdades democráticas, e isso já vinha desde quando era deputado”.*⁵³

Contando com escassos recursos e lutando contra a máquina administrativa local, utilizada em favor de seu candidato, Djalma Maranhão instituirá os chamados “Comandos Populares”, que funcionavam assim como uma espécie de comitê central.⁵⁴ A partir destes comandos populares foram criados os “acampamentos nacionalistas”, que funcionavam perto das feiras e mercados de bairros objetivando o alistamento eleitoral e a arrecadação de fundos para os gastos da campanha. Para Germano, “era a campanha do tostão contra o milhão”.⁵⁵ A campanha acentua-se com a criação dos comitês nacionalistas, estes organizados por ruas e bairros. Nestes comitês reuniam-se moradores de uma rua ou de um bairro não só para participarem da campanha política mas também para discutirem problemas, fossem esses locais ou não, ou seja, desde aqueles problemas que mais afligiam a população até aqueles ligados à questão do imperialismo e da dependência econômica. A respeito disso assinala Góes:

*“Em 1960, em Natal o discurso político muitas vezes nasce de baixo para cima, a partir das classes subalternas. Os quadros políticos que integravam a equipe de Djalma Maranhão vão levar os comitês, que se fundam, principalmente, na periferia da cidade, à discussão nacional dos problemas brasileiros e locais (...)”.*⁵⁶

A partir dos comitês nacionalistas foram realizadas convenções nos Bairros. Para Góes, “foram esses comitês nacionalistas os grandes responsáveis pela vitória de Djalma Maranhão para Prefeitura, até porque a legenda PTN não tinha peso político nenhum”.⁵⁷ Diante dessa afirmação, o que existia era uma tendência de oposição de esquerda no eleitorado de Natal, que se aglutinava em torno de Djalma Maranhão.

⁵³ Folha da Tarde, 01/10/60, p. 1

⁵⁴ Id., ibid., p. 3

⁵⁵ GERMANO, José Willington. op. cit., p. 71

⁵⁶ Góes, Moacyr de. op. cit. p. 33

⁵⁷ Id., ibid., p. 72

II – A ADMINISTRAÇÃO DE DJALMA MARANHÃO

1. Um Histórico

*“O pensamento político de Djalma Maranhão tem base no humanismo marxista (...). Essa é a posição em 1946 (...). Era também sensível ao humanismo cristão (...). A militância no cafeísmo, incorporando o discurso de João Café Filho (...), assegurou a Djalma Maranhão a liderança de tendências que no Rio Grande do Norte afinavam o posicionamento de defesa do socialismo, da classe operária, do nacionalismo econômico, do sindicalismo, da escola pública, do Estado leigo, da industrialização do Nordeste, da SUDENE, da organização e mobilização das forças populares, da Revolução Cubana, do diálogo e aliança com todas as forças antifascistas e contra a corrupção”.*⁵⁸

Realizadas as eleições de 03 de outubro de 1960, Djalma Maranhão vence o pleito, derrotando o candidato da situação, Luiz de Barros, obtendo uma expressiva vitória.⁵⁹

O jornal **Folha da Tarde**, referindo-se à vitória de Djalma Maranhão intitula a manchete “politização de um povo”, onde diz:

*“as urnas de 03 de outubro, (...) retrataram não só a vitória do nacionalismo, a sua penetração nas massas, como também demonstraram o auto grau de politização do eleitorado natalense (...), a vitória esmagadora de Djalma Maranhão significou a identificação das massas com os problemas econômicos e administrativos de Natal”.*⁶⁰

Uma vez eleito e empossado, seus primeiros contatos fora do estado deram-se justamente com Miguel Arraes, Prefeito do Recife. Começava então um intercâmbio, uma cooperação que viria mais tarde se verificar, sobretudo, através do Movimento de Cultura Popular e da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”.⁶¹

O primeiro problema a ser enfrentado em sua administração, vai ser o déficit orçamentário.⁶² Constatou-se que este problema era resultado do crescimento dos gastos públicos sem o aumento da receita. Ao longo de sua administração esse déficit foi sendo superado com a adoção de uma política que isentava pequenos negócios e artificies e aumentavam impostos de quem de fato podia pagar. Desta forma, foi obtido um superávit em 1961 e 1962. Também em 1963 a receita foi superior à despesa, o que só demonstrava a

⁵⁸ MARANHÃO, Marcos. Pensamento político. p. 7

⁵⁹ GERMANO, José Willington. op. cit., p.83

⁶⁰ Folha da Tarde, 08/10/60, p. 1

⁶¹ Folha da Tarde, 14/10/60, p. 3

⁶² GERMANO, José Willington. op. cit., p.86

capacidade administrativa de Djalma Maranhão. Para Germano, é importante salientar que, *“sua administração foi marcada mais uma vez, por uma identificação com os interesses populares”*.⁶³

Na sua primeira administração à frente do executivo municipal de Natal, desta vez em 1956, Djalma Maranhão ficou conhecido como “prefeito do subúrbio”,⁶⁴ por ter dado toda atenção aos problemas periféricos de Natal, com um trabalho em prol da coletividade comum.

Nessa sua segunda administração, diante das reivindicações populares, quando da oportunidade de sua campanha através dos comitês nacionalistas, adota como prioridades do seu governo, a educação e cultura,⁶⁵ ou seja, a meta número um de sua administração. Administração essa que não ficava restrita apenas à educação e à cultura, pois foram construídas casas populares, mercados públicos, quadras de esporte, parques infantis, chafarizes, calçamento de ruas, enfim, de tudo um pouco. Outros projetos, no entanto, deixaram de ser realizados por falta de verbas, uma vez que o prefeito dispunha apenas de recursos da prefeitura, pois como já mencionado anteriormente, não aceitava a ajuda da “Aliança para o Progresso” (como fazia o governador), pois fazia oposição a esta política de ajuda norte-americana.

2. Panorama das principais realizações

A política administrativa do prefeito Djalma Maranhão a frente da Prefeitura Municipal do Natal neste período, apesar de ser feita em função da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler e com ela se confundir, ocupava todavia algumas vezes, certos espaços não específicos da Campanha.⁶⁶

A política cultural era exercida pela Diretoria de Ensino e / ou da Diretoria de Documentação e Cultura (DDC). Era de uma relevância tão grande essa política cultural para o Prefeito Djalma Maranhão que, um pouco após a sua posse, a programação da DDC promovia o Ciclo Natalino, com apresentação de autos e folguedos populares e folclóricos, espalhados por vários bairros, e sobretudo, no Centro da cidade.⁶⁷ Isso se deve à experiência que, Djalma Maranhão, quando da sua primeira administração já executara. Entre os principais projetos realizados nessa sua nova administração estão:

2.1. I Seminário de Estudos dos Problemas de Educação e Cultura do Município de Natal

Realizado em 1961, foi o evento mais importante deste ano.⁶⁸ O objetivo foi fazer

⁶³ GERMANO, José Willington. op. cit., p. 90

⁶⁴ Folha da Tarde, 19/01/60, p. 3

⁶⁵ Tribuna do Norte, 06/11/60, p. 1

⁶⁶ GÓES, Moacyr de. op. cit., p. 91

⁶⁷ Folha da Tarde, 05/01/61, p. 3

⁶⁸ GÓES, Moacyr de. op. cit., p. 92

um levantamento das realidades educacional e cultural da cidade. Na ocasião estiveram presentes, entre outros intelectuais, Luís da Câmara Cascudo que, por sinal, foi figura sempre presente nessa administração, principalmente na política de valorização do folclore.

2.2. Praças de Cultura

Funcionavam como uma espécie de posto de empréstimo de livros, jornal, mural, campo esportivo, teatro de arena para a discussão de temas de interesse da comunidade.⁶⁹ Suas instalações eram temporárias, ficando por um determinado tempo nas principais praças da cidade. O prefeito agindo assim, desejava que a cultura chegasse até o povo.

2.3. O folclore

A ligação do prefeito Djalma Maranhão com o folclore foi muito forte. A esse respeito assinala Condé:

*“durante sua administração Natal foi a cidade em todo o Brasil onde mais se cultivou e reviveu-se essas tradições (...). Djalma Maranhão transformou Natal numa espécie de Pasárgada do folclore”.*⁷⁰

O prefeito oficializou o incentivo a todos os grupos que em Natal, cultivavam danças e autos populares. Na ocasião, foi realizada a IV jornada de estudo de folclore, uma iniciativa da Prefeitura Municipal, que segundo a **Folha da Tarde**:

*“visava estudar e debater em mesas redondas que estavam a cargos de estudiosos de nossas tradições, os nossos folguedos populares, e trabalhos outros ligados ao povo natalense”.*⁷¹

O objetivo desta IV jornada seria a apresentação de grupos folclóricos, visando com isso, a divulgação das tradições e folguedos (os tradicionais folguedos) criados na alma do povo. Para Djalma Maranhão, *“a defesa do folclore brasileiro implica na legítima defesa da cultura popular”.*⁷²

⁶⁹ Jornal de Natal, 12/05/61, p. 4

⁷⁰ CONDÉ, José In. MARANHÃO, Marcos, p. 137

⁷¹ Folha da Tarde, 03/01/62, p. 1

⁷² Folha da Tarde, 06/11/60, p. 4

2.4. O teatrinho do povo

Este projeto foi criado em 1963, durante o I Congresso de Cultura Popular promovido pela prefeitura de Natal. O prefeito, através desse projeto, visava preencher, aliás, como os demais, uma lacuna cultural para a população menos favorecida, pois a cidade na época contava apenas com o Teatro Alberto Maranhão, este ficava restrito à alta sociedade, daí a necessidade de uma casa de espetáculos populares que viesse atender a essa população pobre.

2.5. Museu de Arte Popular Câmara Cascudo

Criado ainda na sua primeira administração. Porém, é nessa nova administração que ele ganha todo um dinamismo. No seu acervo, peças de artistas da terra. Aqui o prefeito direcionou-se ao incentivo e valorização dos artistas que não tinham condições de tornar público suas obras.

2.6. I Congresso de Cultura Popular de Natal

Foi realizado em 1963 e a exemplo de 1961 com o Seminário de Estudos e Problemas de Educação e Cultura do Município de Natal, este congresso foi o evento mais importante deste ano.⁷³

Ainda no ano de 1963, outros fatos culturais importantes aconteceram, sempre dentro de uma moldura nacionalista.⁷⁴ Conferências, debates, lançamentos de livros de leituras, exposições de artes plásticas.

Incluídos também nesta política, o esporte e a recreação, daí a construção de inúmeras quadras de esportes, culminando posteriormente com a construção do Palácio dos Esportes, o qual recebe o nome do prefeito e idealizador Djalma Maranhão.

2.7. A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler

O princípio dos anos 60 é caracterizado por ampla mobilização popular e uma valorização dos processos culturais e educacionais como meio de conscientização política e transformação da realidade de dominação e opressão, a que estava submetida a maioria da população.⁷⁵ Os movimentos e campanhas populares que surgiam objetivavam uma educação diferente daquela praticada até então; esses movimentos tidos como populares se constituíam numa das formas de mobilização das massas no nosso país, através de

⁷³ GOÉS, Moacyr de. op. cit., p. 98

⁷⁴ Idem, ibidem

⁷⁵ CRUZ, Vilma Vitor. Pioneirismo Educacional, p. 16

procedimentos de natureza política, social e cultural.

A situação educacional de Natal nos anos 60 não era nada satisfatória. Eram pouquíssimas as escolas públicas e à medida que o tempo passava piorava, chegando a uma situação tal, que só os ricos tiveram acesso à escola, ocasionando um significativo número de analfabetos.

Diante da proposta política de Djalma Maranhão em priorizar a educação e a cultura, o prefeito, para resolver a situação foge dos métodos convencionais⁷⁶ assumindo o compromisso político com a educação e a cultura da população marginalizada socialmente.⁷⁷

No dia 23 de fevereiro de 1961, lança publicamente a Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, com o objetivo de erradicar o analfabetismo.⁷⁸ Nascida das reivindicações populares, o prefeito Djalma Maranhão desenvolveu este que é com certeza, o mais importante projeto de sua administração. De caráter inovador, o projeto rompia com as regras estabelecidas por uma escola acadêmica burguesa,⁷⁹ Uma vez que abandonava todos os métodos convencionais até então conhecidos.



⁷⁶ GERMANO, José Willington. op. cit., p. 98

⁷⁷ CRUZ, Vilma Vitor. op. cit., p. 108

⁷⁸ GERMANO, José Willington. op. cit., p. 100

⁷⁹ GOÉS, Moacyr de. op. cit., p. 100

III – O GOLPE DE ESTADO DE 1964 E O TÉRMINO DA ADMINISTRAÇÃO DJALMA MARANHÃO

1. O Governo João Goulart e o Golpe Militar de 1964 no Brasil

Para uma melhor compreensão do que foi este golpe de Estado,⁸⁰ é preciso uma análise do que representou este governo.

Como já foi mencionado antes, com a renúncia de Jânio Quadros, chega a vez, de acordo com a Constituição, de seu sucessor legal João Goulart assumir a presidência da República. Goulart foi o candidato a vice-presidente nas eleições de 1960, saindo-se o mais votado entre os demais candidatos ao cargo; fazia parte da chapa encabeçada pelo Marechal Henrique Teixeira Lott, este sendo derrotado por Jânio Quadros.

Com a saída (renúncia) de Jânio Quadros, deu-se um impasse entre os militares que não queriam a posse do vice João Goulart como Presidente e aqueles que defendiam valer o cumprimento da Constituição. A opinião pública colocava-se a favor de João Goulart, mas a decisão cabia ao Congresso Nacional, que encontrou como solução a adoção do Parlamentarismo, como forma pacificadora de por fim, ou pelo menos, amenizar a crise que se instalara no país, apesar de que, de setembro de 1961 a abril de 1964, período em que João Goulart esteve no poder, as crises políticas se agravaram.⁸¹

A respeito ainda desse governo, Weffort esclarece que o mesmo pode ser dividido em três etapas distintas:

*“A primeira, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, tem como eixo a liquidação do parlamentarismo, tarefa pela qual Goulart põe a maior parte de seus esforços, procurando recuperar os poderes perdidos na crise da renúncia; a segunda etapa, transcorre entre janeiro e julho de 1963, quando Goulart, já estabelecido nos poderes presidenciais, trata de implantar a orientação econômica expressa no Plano Trienal; a terceira, o governo, embora ainda parcialmente comprometido com a orientação econômica anterior, se aproxima cada vez mais da política de reformas estruturais”.*⁸²

Com relação ainda ao parlamentarismo, implantado como solução de compromisso para garantir a posse de Jango, possui um caráter marcadamente transitório, uma vez que seu objetivo era coibir os poderes do novo presidente, e assim foi feito, João Goulart perdeu uma grande parte de seus poderes, pois esse parlamentarismo deixou-o teoricamente, pouco mais que um chefe nominal sob o compromisso de uma administração limitada.⁸³ E sob esse sistema

⁸⁰ Golpe de Estado: entende-se por golpe de estado, a subversão da ordem constitucional; no caso em estudo veremos o de 1964, que vai levar a queda Jango implementado, sobretudo, pelos militares (daí ser chamado também de golpe militar), além do apoio norte-americano e dos setores médios da sociedade brasileira.

⁸¹ WEFFORT, Francisco. op. cit., p. 77

⁸² Idem, ibidem

⁸³ YOUNG, Jordan M. Brasil. 1945/1964: fim de ciclo civil, p. 104

governamental, João Goulart tomou posse no dia 7 de setembro de 1961.

João Goulart, o Jango, fizera sua carreira baseada no sistema de sindicatos e dos tribunais trabalhistas criados em toda a federação. Era este o sistema que herdara de Getúlio, e cujo poder os militares olhavam com grande respeito.⁸⁴

Desde que assumira a presidência da República, João Goulart sempre falava que o País necessitava de reformas, principalmente nas áreas de educação, e sempre insistia em modificações do sistema feudal e da estrutura agrária. A respeito das reformas, assinala Camargo:

*“Desde os primeiros dias de governo, elas foram a pedra angular da gestão que se inicia, aquela que aglutina as lideranças e os partidos de esquerda, e que pretendia atrair a classe política e as forças do centro a fim de tornar viável a consecução de um programa que promovesse autonomia externa, consolidasse o apoio sindical e estendesse o controle do Estado sobre as clientelas rurais, através de medidas de transformação social no campo”.*⁸⁵

O governo de Jango sob o parlamentarismo, aliás, como todo seu governo, mais especificamente este, onde ele não estava com plenos poderes, enfrentou inflação, dívida externa, custo de vida crescente, além da instabilidade política que aumentava.

Desde que assumiu a presidência, Jango lutou para recuperar os plenos poderes, pois percebeu que só seria possível implementar uma política de reformas sociais desejada se conseguisse recuperar os poderes presidenciais sem perder a confiança dos moderados e sem se afastar do apoio vital das bases democráticas e organizações de esquerda que se mobilizaram na crise de agosto, quando da campanha da legalidade de sua posse.

A formação de uma oposição antipopulista que se formou deveu-se não tanto à luta contra o retorno do presidencialismo, mas principalmente ao receio de que Jango se aliasse aos movimentos populares e sindicais que então emergiam com grande força.

A supressão do parlamento em 1963 significou a volta dos poderes habituais e originalmente previstos para João Goulart, essa vitória de um homem comprometido com a causa do populismo nacionalista e reformista levou a situação política brasileira a um clima de radicalização de oposições. Os conservadores, financiados pelo capitalismo norte-americano e contando com o respaldo do apoio do Alto Comando Militar, utilizavam-se de parte da imprensa e de organismos como o complexo IPES/IBAD⁸⁶ para desenvolver sua ação política. Entre esses conservadores, devem ser citados os partidos políticos PRP (Partido Republicano Progressista) e UDN, e figuras como Carlos Lacerda e Adhemar de Barros.⁸⁷

⁸⁴ SKIDMORE, Thomas. op. cit. p. 263

⁸⁵ CAMARGO, Aspásia In: FAUSTO, Boris

⁸⁶ IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Fundado em 1961 por grandes empresários, políticos, militares e intelectuais; IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Criado em fins da década de 1950, alcançando importância de fato apenas durante o governo Goulart. Sincronizando suas atividades às de organizações paramilitares e anticomunistas. Uma vez formado, o complexo direitista IPES/IBAD conseguiu a adesão de centenas de grandes proprietários.

⁸⁷ LOPES, Luiz Roberto. op. cit. p. 113

O que se percebe é que Jango incomodava muita gente e, desta forma, os conservadores, aí incluídos partidos e governadores contavam com a ajuda norte-americana e o apoio dos militares, procuravam desestabilizar o governo.

O ano de 1963 foi crucial para o governo João Goulart. A inflação aumentou aceleradamente, enquanto que o crescimento do produto bruto caiu. A crescente tensão pública, mantida por uma onda avassaladora de greve dos sindicatos trabalhistas e mau contida inquietação social exauriu o prestígio do presidente.

João Goulart inicia sua luta no sentido de conseguir a aprovação no Congresso Nacional de suas propostas de reformas de base. No entanto o projeto de reforma agrária enviado ao Congresso Nacional enfrentou grande oposição dos partidos conservadores. A respeito dessas reformas esclarece Bandeira:

*“Estas reformas, evidentemente, não visavam ao socialismo. Eram reformas democrático-burguesas e tendiam a viabilizar o capitalismo brasileiro, embora sobre outros alicerces, arrancando-o do atraso e dando-lhe maior autonomia. A reforma agrária, que a burguesia nacional, retardatária, raquitica e umbilicalmente vinculada ao latifúndio, não tinha condições de executar, constituía, sobretudo, um instrumento para a ampliação do mercado interno, necessário ao desenvolvimento do próprio parque industrial do país”.*⁸⁸

O Congresso Nacional composto de alguns latifundiários e de políticos conservadores foi rigorosamente contra o projeto. Por sua vez, a esquerda dividiu-se. Desta forma, o governo não conseguiu apoio suficiente para a aprovação.

Os sindicatos incentivavam as greves; as ligas camponesas invadiam terras; a onda de manifestação também deflagrou-se dentro dos quartéis; a hierarquia e a disciplina ameaçadas e o governo assistia passivamente à insubordinação dos militares. A esta passividade, esclarece Basbaum, *“Jango tinha boas intenções, desejava ser fiel discípulo de Vargas, seu pai espiritual, mas que faltava-lhe a fibra do mestre”.*⁸⁹

As conspirações contra o governo se alastravam, como é o caso do complexo IPES/IBAD. Este complexo representava, a nível nacional os interesses das multinacionais e associados. Sendo assim, estava em marcha uma poderosa articulação em prol da queda de João Goulart que materializou-se num golpe de Estado cuidadosamente planejado pelo complexo e a Escola Superior de Ensino (ESG), com o apoio de forças políticas da UDN, PSD e participantes dos Estados Unidos. Segundo Toledo:

*“foi intensa a atuação da embaixada norte-americana no combate político ao governo constitucional de Goulart. (...). Entidades políticas e sindicais que faziam sistemática oposição a Goulart foram generosamente contemplados com recursos financeiros do governo norte-americano”.*⁹⁰

⁸⁸ BANDEIRA, Moniz. Governo Goulart e as lutas sociais, p. 163 – 4

⁸⁹ BASBAUN, Leôncio. Op. cit., p. 128

⁹⁰ TOLEDO, Caio Navarro. Governo Goulart e o Golpe de 64, p. 107

No dia 30 de março de 1964 eclodiu o movimento civil e militar que resultou na deposição do governo João Goulart e implantação no país de uma fase repressiva, voltada para caminhos opostos a tudo aquilo que por tanto tempo mobilizou as esperanças populares.

Este movimento representou, ainda, um reordenamento das forças que compunham o quadro político, econômico e social, adequando-os às novas exigências que o capitalismo imprimia. Assim, rompem-se com as estratégias da democracia populista predominantes na política nacional, observadas com mais ênfase a partir de 1930, ou seja, caem por terra as estratégias dos defensores do nacionalismo, observadas nos períodos de 1930/1945, 1951/1954, 1961/1964.

2. O Golpe de Estado de 1964 no Rio Grande do Norte: a repressão à administração do prefeito Djalma Maranhão

*“Repetindo o que ocorria em outras partes do país, o movimento militar de 1964 desencadeou uma ação rápida e fulminante, não dando margem ao surgimento de qualquer tipo de resistência”.*⁹¹

Semelhante ao que ocorrera a nível de outros estados, no Rio Grande do Norte, o movimento golpista também se fez presente, onde se deu a radicalização entre esquerda e direita.

A causa esquerdista no estado, era defendida pelo então prefeito de Natal, Djalma Maranhão e seus correligionários e, ainda por parte dos estudantes e operários. Essas forças defendiam os ideais nacionalistas e lutavam contra a direita.

Quando a crise ideológico-militar, explodiu no Sul, o prefeito Djalma Maranhão, de imediato ficou solidário com João Goulart e foi mais além, transformou o prédio da prefeitura de Natal em “Quartel da Legalidade e da Resistência”.

Para que possamos entender a repercussão, e como se deu este movimento no estado, torna-se necessário uma análise dos fatos que estavam acontecendo naquele ano.

Em 1964, o Rio Grande do Norte estava dividido politicamente entre as oligarquias conservadoras e rivais do senador Dinarte Mariz e o governador Aluizio Alves; Djalma Maranhão, era tido como terceira força e como político de esquerda nacionalista, não estava de acordo com os desmandos e o imperialismo dos Estados Unidos no Brasil. Sua administração, nada convencional (democrata popular de esquerda), integrada com as lideranças comunitárias, e além do que, desenvolvia um programa de alfabetização e conscientização político-cultural.

No entanto, apesar de terem sido eleito sob mesma coligação partidária nas eleições de 1960, governador e prefeito vão seguir vertentes diferentes no tocante de suas administrações. Aluizio Alves, governador do estado, usava dólares americanos em seus programas

⁹¹ GERMANO, José Willington. op. cit., p. 149

administrativos,⁹² através do programa “Aliança para o Progresso”. Djalma Maranhão, com recursos da prefeitura oferecia uma administração de cunho popular, com dinheiro brasileiro, pois diferente de Aluizio Alves que havia adotado essa política voltada para os dólares norte-americanos, mantinha-se fiel a sua postura nacionalista, defendendo a independência econômica brasileira e não o imperialismo dos Estados Unidos. As divergências vão se acirrar, pois o prefeito não concordava com a ajuda financeira norte-americana, pois defendia o nacionalismo. Logo, como já mencionado, essa divergência vai provocar a dissolução da coligação entre ambos.

Ao deflagrar-se o golpe no país, o prefeito Djalma Maranhão posiciona-se contra o movimento ficando solidário ao presidente João Goulart, este pretendia desenvolver ou desenvolvia uma política dentro dos moldes da desenvolvida pelo prefeito. Essa solidariedade de Djalma Maranhão já havia sido prestada antes, quando da oportunidade da posse de João Goulart à presidência após a renúncia de Jânio Quadros.⁹³ Naquela época Djalma Maranhão afirmava sua posição leal de fidelidade e compromisso assumido quando candidato. Segundo Goés o prefeito afirmava:

*“O respeito e a integridade dos pronunciamentos populares é o pino de segurança da continuidade democrática, e é estribado nessa convicção que, em várias oportunidades, nos temos submetidos ao julgamento do povo, recebendo a honrosa incumbência de representá-lo ou de gerir os seus interesses e negócios, como ocorre no momento. Assim estivemos firmemente enquadrados na posição de defesa intransigente da legalidade e das liberdades públicas, quando o golpismo manipulado pelas forças reacionárias de dentro e de fora do país, quis arrastar o Brasil ao regime ditatorial. Defender a posse do presidente João Goulart, (...), era a única posição compatível com nossa formação política e com a dignidade do mandato que o povo de Natal nos outorgou”.*⁹⁴

No dia 1º de abril de 1964, o prefeito Djalma Maranhão torna pública a sua posição de solidariedade a João Goulart em nota oficial:

“Junta a sua voz à de todas as forças democráticas e populares do país, na denúncia dos governos de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul que, ontem pela madrugada, colocaram-se fora da lei, levados pelo desespero do reacionarismo contra as reformas de base, servindo de instrumento e oferecendo suas falsas lideranças à força do antipovo e da antinação. O prefeito (...) conclama o povo para que se mantenha em permanente estado de alerta (...), na defesa intransigente da legalidade que possibilitara a libertação do povo e do país do imperialismo e do latifúndio, a concretização das reformas de base e a construção do amanhã mais justo e mais feliz

⁹² Folha da Tarde, 31/01/61, p. 1

⁹³ Folha da Tarde, 04/09/61, p. 1

⁹⁴ GOÉS, Moacyr de. op. cit., p. 29-30

*do Brasil. O prefeito Djalma Maranhão, (...) cumpre sua obrigação de dizer que a prefeitura é a casa do povo onde se instalará nesta hora, o Quartel General da Legalidade e da Resistência (...). Acaba a nota reafirmando o seu pronunciamento de 1961, que serviu de palavra de ordem para o Rio Grande do Norte: esta é a hora da opção – a legalidade é Jango!”*⁹⁵

No entanto o governador Aluizio Alves, embora tenha se declarado “de esquerda positiva”,⁹⁶ isto é, favorável as reformas com a manutenção das instituições democráticas, aguardou o desenrolar dos acontecimentos e aderiu ao movimento. Ainda não satisfeito, com base no Ato Institucional nº 1, instaurou no âmbito do governo estadual um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar a subversão no Rio Grande do Norte.⁹⁷

Os IPMs, as comissões de inquérito e de investigações no Rio Grande do Norte, abriram um amplo leque sobre o movimento camponês, a organização sindical, repartições federais, movimento estudantil e prefeitura de Natal.

Essa posição do governador frente a este movimento revolucionário deve-se à sua trajetória, considerada, na prática, de direita. A exaltação ao desenvolvimento industrial com o apoio do imperialismo norte-americano ia de encontro com a política econômica, nacionalista e reformista de Jango. Daí o não apoio de Aluizio Alves ao governo federal. Inclusive, o próprio Aluizio havia participado do complexo IPES/IBAD (órgãos que lutavam para a queda de Jango). Sua participação era como uma espécie de membro do aparelho ideológico deste complexo, onde tinha como missão conceder entrevistas que tinham a finalidade de formar uma opinião pública favorável às propostas do complexo.

Diante da nota do prefeito, o comandante militar a favor do golpe forja uma situação pela qual, a grande ameaça à ordem pública passa a ser o próprio prefeito. Através desta nota, esse comando militar esperava conseguir o apoio da população para fazer frente ao movimento. A respeito dessa nota assinala Galvão, “*denunciava uma preparação de greve geral por parte do prefeito e além do que, ameaçava com o emprego da força e da violência em defesa da ordem pública à pessoa e à propriedade privada*”.⁹⁸

Portanto, o apelo feito pelo prefeito Djalma Maranhão convocando o povo para resistir ao movimento não surtiu o efeito desejado. Na cidade, não se viu nenhuma manifestação a favor do governo João Goulart, até porque o governador e o comando das forças armadas haviam tomado as providências, onde desde a noite de 31 de março, as tropas do Exército, Marinha e Aeronáutica estavam de prontidão. Essa falta de resistência deve-se também à nota oficial do Comando Militar que proibia qualquer tipo de manifestação e aglomeração que viesse causar o “caos na ordem pública”.

A respeito das notas oficiais enviadas à população, assinala Galvão:

“Apresentavam o confronto desigual entre os militares, o governo do estado e o prefeito Djalma Maranhão, que numa atitude muito audaciosa para aquele momento,

⁹⁵ Idem, *ibidem*

⁹⁶ Diário de Natal, 15/02/64, p. 6

⁹⁷ Diário de Natal 02/04/64, p. 1

⁹⁸ GALVÃO, Mailde Pinto. op. cit., p. 12

*usou o direito de fazer publicar sua definição política em defesa das instituições democráticas, no momento exato em que era implantada a ditadura e retirados os direitos civis de todos os brasileiros, principalmente dos discordantes do golpe militar”.*⁹⁹

Com a consolidação do golpe de Estado, Djalma Maranhão e sua administração sofreram consequências desastrosas. Até os que estavam do lado do prefeito foram punidos, não tendo direito de defesa. A sua administração foi vista como comunista e subversiva, portanto, tinha que ser destruída. Diante da repressão imposta, essa administração de cunho popular é interrompida. Aliás, com a instauração do movimento golpista de 1964, todos os movimentos e campanhas populares foram interrompidos, pois foram afastados do cenário político as lideranças e as instituições que lhes davam razão de existir.¹⁰⁰ Em Natal, não foi diferente, pois o prefeito foi deposto e posteriormente preso. Segundo Galvão, o prefeito ainda recebeu uma proposta antes de ser preso, *“se renunciasse ao cargo, sua liberdade seria assegurada, mas em nome do povo que depositou-lhe confiança, não pensou duas vezes e preferiu a prisão a renunciar”.*¹⁰¹ Essa atitude do prefeito só veio a confirmar o caráter de sua pessoa assim como também, sua administração, pois diferente dos demais políticos, ele se manteve fiel ao povo que o elegeu até o último momento.

⁹⁹ Id., *ibid*, p. 14

¹⁰⁰ CRUZ, Vilma Vitor. *Pioneirismo Educacional*, p. 23

¹⁰¹ MAILDE, Pinto. *Op. cit.*, p. 26



CONCLUSÃO

Uma vez desenvolvida sua política administrativa, voltada para a educação e cultura o prefeito Djalma Maranhão só vem a mostrar a sua coragem pois não possuindo nenhum vínculo com grupos dominantes, e sim, apenas com o povo, ele conseguiu, pelo menos, até onde foi-lhe dado oportunidade de administrar, pô-la em prática. Até então, essa vontade e disposição não tinha sido verificada num aparelho estatal; ao contrário, a ação estatal sempre atuou em causa própria ou dos grupos que representava, dirigindo-se ao povo somente com intenções político-eleitorais.

Um fato marcante dessa administração, e sobretudo do prefeito Djalma Maranhão foi a característica vanguardista que foi adotada, principalmente na educação, onde, com a implantação de sua política, o prefeito rompeu com a metodologia convencional imposta pelas regras acadêmicas.

Embora para muitos observadores o prefeito seja visto como um líder populista, particularmente prefiro chamá-lo de líder popular, uma vez que de populista só possuía o carisma e isto por si só torna muito vago o conceito do que seria um populista, portanto prefiro não cair no erro e evitar o risco de definições excessivamente vagas que, às vezes, limitam demais o âmbito do populismo e outras vezes o confundem como uma espécie de democratismo romântico, daí apontá-lo como popular.

Em suas propostas de campanha, trajetória política e sobretudo sua administração, além da pessoa que era, fica evidenciada a intenção do prefeito Djalma Maranhão para com sua política, pois como muitos observadores já apontaram, concluo que a sua intenção realmente estava direcionada para a grande população, aquela menos favorecida. Estão aí os projetos que não me deixam mentir, os quais foram realizados na intenção de atender às necessidades das camadas pobres, sem nenhum interesse por parte do prefeito. Pelo menos, naquele momento o prefeito só desejava atender aos anseios da população natalense. Anseios esses passados através dos Comitês Nacionalistas quando ainda era candidato. Isso foi mais um fato que lhe foi peculiar, pois diferente de muitos ou dos demais, Djalma Maranhão fez valer suas propostas de candidato, que direcionando sua política para a educação e cultura só veio a contribuir também com o aspecto social. Essa contribuição se fez valer através de seu maior Projeto que foi a Campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler". No intuito de acabar com o analfabetismo em Natal, Djalma Maranhão fez abrir horizontes melhores naquela população que até então estava a mercê das condições de vida em que vivia, além do que, encontrava-se marginalizada social e politicamente.

Com relação aos Comitês Nacionalistas, estes vinham mostrar o direcionamento da política tomada pelo prefeito Djalma Maranhão, onde através das reivindicações populares, tomava suas decisões. Isso fez diferenciar dos líderes tidos como populistas, onde estes, segundo os observadores, voltavam sua política para a prática do paternalismo autoritário. Portanto, na administração de Djalma Maranhão o povo participava; já na política populista, esse povo servia apenas como instrumento de manipulação, onde seus líderes ditavam as regras sem uma consulta prévia.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manoel Correia de. **O Nordeste e a Questão Regional**. São Paulo: Ática, 1988.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante; CAVALCANTE, Clóvis de Vasconcelos. **Desenvolvimento Regional no Brasil**. 2. ed. Brasília: IPEA, 1978.

2-51322
A → ALENCAR, Francisco et al. **História da Sociedade Brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil (1961 – 1964). 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983,

BARREIRO, Júlio. **Educação Popular e Conscientização**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BARROS, Edigard Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1990 (Repensando a História).

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**. (1930 – 1960). 4.ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

_____. **História Sincera da República**. (1961 – 1967). 4.ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1986.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1992.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário da Política**. 2. ed. Brasília: UNB, 1986.

CAMARGO, Aspásia de Acântara. O epílogo popular In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: sociedade política (1930 – 1964)**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1986 (História Geral da Civilização Brasileira).

CARONE, Edgar. **A Quarta República (1945 – 1981)**. São Paulo: Difel, 1981.

COHN, Amélia. **Crise Regional e Planejamento**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1978.

CONDÉ, José. Djalma Maranhão e o folclore In: MARNHÃO, Marcos. Djalma Maranhão: **pensamento político**. Natal: CERN, 1985.

- CRUZ, Vilma Vitor. **Pioneirismo Educacional no Rio Grande do Norte: realidade ou mito?** (1960 – 1984). Natal: UFRN, 1990. Dissertação de Mestrado em Educação.
- DREIFUSS, Renê Armando. 1964: **A Conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAVÉRO, Osmar. **Cultura Popular e Educação Polular**. Memória de anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FURTADO, João Maria. **Vertentes**. Rio de Janeiro: Olímpio, 1976.
- GALVÃO, Mailde Pinto. **1964 Aconteceu em Abril**. Natal: Clima, 1944.
- GERMANO, José Willington. **Lendo e Aprendendo**. A Campanha do Pé no Chão. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- GÓES, Moacyr de. **De Pé no Chão Também se Aprende a Ler**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- GULLAR, Ferreira. **A cultura em questão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- IANNI, Otávio. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LACLAU, Ernesto. **Política e Ideologia na Teoria Marxista: capitalismo, fascismo, populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LIMA, José Ayrton de. **A história das campanhas populares no Rio Grande do Norte**. Natal: [S.ed.], 1987.
- LOPES, Luiz Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- MALAN, Pedro Sampaio. Quadros, Goulart e o malogro da política externa independente do início dos anos 60 In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930 – 1964)**. 2.ed. São Paulo: Difel, 1986 (História Geral da Civilização Brasileira).
- MARANHÃO, Djalma. **Cartas de um exilado**. Natal: Clima, 1984.
- MARANHÃO, Marcos. **Djalma Maranhão: Pensamento Político**. Natal: CERN, 1985.

- MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste Brasileiro: Uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PEREIRA, Henrique Alonso de A. **O Homem da Esperança: uma experiência política no Rio Grande do Norte (1960 – 1966)**. Recife, 1996. Dissertação de Mestrado em História – UFPE.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **O Governo Goulart e a Radicalização do Populismo**. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930 – 1964)**. 3.ed. São Paulo: Difel, 1986. (História Geral da Civilização Brasileira).
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Em Busca do Voto Perdido. Os meios de comunicação na tentativa de restaurar um pacto populista**. Natal: Coojornat, 1982.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 – 1964)**. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Tudo é História).
- YOUNG, Jordan M. **Brasil 1954/1964: fim de um ciclo civil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973. Tradução de Milton Person.
- WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

PERIÓDICOS (FONTES PRIMÁRIAS)

A Folha da Tarde

Diário de Natal

Jornal de Natal

Tribuna do Norte

